

O contributo da conservação do local de interesse histórico em Moçambique: caso estado militar de Macanga

The contribution of the conservation of the site of historical interest in Mozambique: the case of the military state of Macanga

La contribución de la conservación de sitios de interés histórico en Mozambique: el caso del complejo militar de Macanga.

Domingos Joaquim Vasco¹ e Domingos Ireneu António Banhira²

¹Docente de História vs Geografia na Escola Básica de Nchontcho e Pesquisador, E-mail: domingosvasco1@gmail.com , Macanga-Tete, Moçambique.

²Docente de História e Pesquisador na Escola Básica de Mazoe-Changara, E-mail: domingosbanhira@gmail.com, Tete-Moçambique.

Submetido em: 10/05/2026, revisado em 18/06/2026 e aceito para publicação em: 20/06/2026.



Resumo: Este artigo científico analisa o contributo da conservação de locais de interesse histórico em Moçambique, com enfoque no Estado Militar de Macanga, localizado na província de Tete. Este espaço, inserido historicamente no complexo fenómeno dos Prazos da Zambézia e associado às dinâmicas de dominação e resistência armada, constitui um importante património histórico-cultural da nação. O objetivo principal do estudo é compreender como a preservação deste local pode fortalecer a identidade nacional e a memória coletiva, bem como dinamizar o turismo cultural sustentável. A metodologia adotada baseia-se numa abordagem qualitativa de caráter exploratório-descritivo, operacionalizada por meio de revisão bibliográfica, análise documental e observação direta não participante no terreno. Os resultados obtidos revelam um descompasso estrutural entre o ordenamento jurídico nacional — especificamente a Lei n.º 10/88, de 22 de Dezembro — e a realidade material do sítio, que enfrenta um avançado estado de degradação física devido ao abandono institucional, à ausência de classificação formal e à pressão antrópica desregulada. O artigo conclui que a salvaguarda de Macanga é fundamental para descentralizar as políticas culturais do país e recomenda o desenho de diretrizes integradas que envolvam o governo, as instituições académicas e a comunidade local por meio de programas contínuos de educação patrimonial.

Palavras-chave: Conservação Patrimonial; Estado Militar de Macanga; Lei n.º 10/88; Identidade Nacional; Turismo Cultural.

Abstract: This scientific article analyzes the contribution of conserving sites of historical interest in Mozambique, focusing on the Military State of Macanga, located in the Tete province. Historically embedded within the complex phenomenon of the Zambezi Prazos and associated with dynamics of colonial domination and armed resistance, this site constitutes a major historical-cultural heritage for the nation. The primary objective of this study is to understand how the preservation of this space can strengthen national identity, collective memory, and stimulate sustainable cultural tourism. The adopted methodology is based on a qualitative, exploratory-descriptive approach, operationalized through a literature review, document analysis, and non-participant direct observation on-site. The results reveal a structural gap between the national legal framework specifically Law No. 10/88 of December 22 and the physical reality of the site, which faces an advanced stage of material degradation driven by institutional neglect, a lack of formal heritage classification, and unregulated human activity. The article concludes that safeguarding Macanga is essential for decentralizing national cultural policies and recommends the development of integrated guidelines involving the government, academic institutions, and the local community through ongoing heritage education programs.

Keywords: Heritage Conservation; Military State of Macanga; Law No. 10/88; National Identity; Cultural Tourism.

Resumen: Este artículo científico analiza la contribución de la conservación de sitios de interés histórico en Mozambique, centrándose en la finca militar de Macanga, ubicada en la provincia de Tete. Este espacio, históricamente inserto en el complejo fenómeno de los Prazos de Zambézia y asociado a la dinámica de dominación y resistencia armada, constituye un importante patrimonio histórico y cultural de la nación. El objetivo principal del estudio es comprender cómo la preservación de este sitio puede fortalecer la identidad nacional y la memoria colectiva, así como promover el turismo cultural sostenible. La metodología adoptada se basa en un enfoque cualitativo de carácter exploratorio-descriptivo, operacionalizado mediante la revisión bibliográfica, el análisis documental y la observación directa no participante en el terreno. Los resultados obtenidos revelan una discrepancia estructural entre el marco jurídico nacional —específicamente la Ley n.º 10/88, del 22 de diciembre— y la realidad material del sitio, que enfrenta un avanzado estado de degradación física debido al abandono institucional, la ausencia de clasificación formal y la presión antropogénica no regulada. El artículo concluye que la protección de Macanga es fundamental para la descentralización de las políticas culturales del país y recomienda el diseño de directrices integradas que involucren al gobierno, las instituciones académicas y la comunidad local a través de programas continuos de educación patrimonial.

Palabras clave: Conservación del patrimonio; Estado militar de Macanga; Ley n.º 10/88; Identidad nacional; Turismo cultural

INTRODUÇÃO

O património cultural e histórico de uma nação constitui o suporte material da sua memória coletiva e um pilar indispensável para a consolidação da sua identidade. Em Moçambique, a riqueza histórica manifesta-se em diversas regiões, embora a historiografia e as políticas de conservação patrimonial tenham, frequentemente, priorizado os centros urbanos litorâneos e coloniais (Vico, 2024). Contudo, é no interior do país, com destaque para a bacia do Vale do Zambeze, que se encontram alguns dos vestígios mais fulcrais da resistência pré-colonial e da complexa reorganização social africana do século XIX: os Estados Militares (Maia, 2015).

Dentre estas formações políticas, o Estado Militar de Macanga, localizado na atual província de Tete, destaca-se como um exemplo paradigmático de soberania, hibridismo cultural e resiliência militar (Santos, 2018). Nascido da fragmentação do antigo sistema de Prazos da Coroa, Macanga estruturou-se como uma potência regional que desafiou as ambições de ocupação efetiva da administração colonial portuguesa durante décadas (Mota, 2026). O cerne desta estrutura defensiva e habitacional assentava-se nas aringas, imponentes fortificações que serviam simultaneamente como quartéis e centros político-administrativos.

A descontextualização e o abandono material de sítios históricos em Moçambique refletem uma lacuna estrutural na transição entre a herança colonial e a consolidação da memória pós-independência. Como aponta Rego em (2021), o património não é um elemento estático do passado, mas sim um bem coletivo dinâmico que exige reinterpretação contínua para fazer sentido às gerações presentes (Tovela, 2025). No caso específico das ruínas coloniais espalhadas pelas províncias do interior, como Tete, Manica e Sofala, a ausência de intervenção física e de contextualização histórica transforma monumentos de opressão e resistência em meros escombros desprovidos de significado social, perpetuando o esquecimento de dinâmicas locais cruciais (Cabaço, 2007).

O Estado Militar de Macanga encontra-se historicamente ancorado no complexo fenómeno dos Prazos da Zambézia (Massangaie, 2017). De acordo com a análise clássica de Rea e Allen Isaacman (1976), os prazos operavam como unidades político-militares semi-independentes onde a Coroa Portuguesa delegava o controlo territorial a senhores de terras (os prazistas). Estas estruturas baseavam-se numa simbiose complexa entre o feudalismo europeu e as instituições tradicionais africanas, sustentadas pela força militar dos *azinhas* (guerreiros locais) (Isaacman, 1976; Isaacman, 1982; Isaacman, 1992). Compreender a

arquitetura e a implantação geográfica de Macanga é, portanto, indispensável para mapear a transição da soberania africana para a administração colonial forçada e a conseqüente reconfiguração geopolítica do vale do Zambeze (Newitt, 1995; Isaacman et al., 1980; Isaacman e Isaacman 1976; Isaacman e Isaacman, 2013).

Para além da dominação colonial, estes espaços configuraram-se como palcos de sublevação e resistência armada, desafiando a narrativa de uma pacificação europeia linear. René Pélissier (1986) e Ribeiro (2005) documentam detalhadamente como o interior de Moçambique, particularmente a região de Tete e os territórios vizinhos como Bárue e Massangano, foi marcado por revoltas endémicas contra a cobrança do imposto de palhota e o trabalho forçado (*chibalo*) (Cabaço, 2007). A preservação das ruínas de Macanga, bem como das *aringas* (fortificações de terra e estacas) da região, funciona como um contradiscurso histórico que materializa a agência e a resiliência das populações locais face ao avanço militar português entre os séculos XIX e XX (Mendonça, 2015).

Atualmente, a gestão destes sítios em Moçambique enfrenta o que Laurajane Smith (2006) designa como o "Discurso Patrimonial Autorizado", uma tendência institucional que privilegia monumentos estéticos ou narrativas estatais centralizadas em detrimento das memórias periféricas e rurais. Carlos Serra (2009) alerta que a fragilidade das instituições distritais e provinciais de cultura impede a monitorização eficaz destes espaços, deixando-os vulneráveis à pressão demográfica, às intempéries climáticas e ao vandalismo (Scifoni, 2022). A falta de recursos técnicos e financeiros concorre para um cenário onde o património edificado é visto como um fardo arqueológico, e não como um ativo estratégico de desenvolvimento socioeconómico (Rubi, 2024).

Face a este diagnóstico de vulnerabilidade, a educação patrimonial surge como o elo indispensável para reverter o distanciamento entre as comunidades locais e os monumentos que as rodeiam. A conservação só se torna sustentável quando a população residente reconhece o valor

simbólico do espaço e assume o papel de guardião da sua própria história (Nhantumbo, 2017; Lotte, 2019 e Hogueane, 2023). Ao integrar o Estado Militar de Macanga em rotas de turismo cultural e programas educativos regionais, estimula-se o sentimento de pertença cultural e criam-se bases sólidas para o ecoturismo, transformando a memória histórica num vetor de emancipação social e sustentabilidade económica local (Pelegri, 2006; Rollo, 2025).

Atualmente, os vestígios físicos do Estado Militar de Macanga enfrentam um severo processo de degradação natural e esquecimento institucional. A ausência de intervenções de conservação sistemáticas ameaça apagar os contornos materiais de uma das mais importantes páginas da história moçambicana (Cantagalo, 2016). Diante deste cenário, o presente artigo levanta o seguinte problema: de que forma a conservação e a salvaguarda do local de interesse histórico de Macanga podem contribuir para a preservação da memória nacional e para o desenvolvimento socioeducativo local (Rubi, 2024).

A conservação do Estado Militar de Macanga, em Tete, representa um desafio central para a salvaguarda da memória coletiva e identidade moçambicana, evoluindo de um testemunho colonial para um território de disputa simbólica (Pelembe, 2025). Enquanto os vestígios sofrem com a degradação e a escassez de recursos, a sua valorização é essencial para mitigar o "Discurso Patrimonial Autorizado" que prioriza narrativas oficiais (Smith, 2006; Medeiros, 2005). A investigação busca, portanto, analisar como a preservação deste local histórico, ligado aos prazos da Zambézia (Isaacman, 1972), pode promover o turismo cultural e fortalecer a identidade local através de diretrizes de intervenção sustentável.

O objetivo geral deste estudo é analisar o contributo da conservação do património histórico de Macanga para a valorização da identidade nacional. Especificamente, pretende-se contextualizar historicamente o papel das *aringas* na resistência de Macanga e avaliar o potencial deste sítio como um vetor de educação e turismo cultural sustentável. A relevância desta investigação reside na necessidade de descentralizar os estudos

patrimoniais no país, conferindo visibilidade à história do interior e estimulando a reflexão sobre a gestão comunitária de monumentos.

METODOLOGIA

Para responder ao problema central e cumprir os objetivos delineados, este estudo adota uma abordagem de natureza qualitativa e de caráter exploratório-descritivo. A investigação assume o formato de estudo de caso, tendo como foco

geográfico e empírico o antigo Estado Militar de Macanga, situado na província de Tete, em Moçambique. O desenho metodológico foi estruturado em três fases interdependentes e complementares: a revisão bibliográfica, a análise documental (com enfoque no quadro jurídico-patrimonial) e a observação direta não participante. Esta abordagem metodológica permite a triangulação de dados, garantindo a robustez, a fidedignidade e a validade científica das conclusões.

Para melhor ilustrar a operacionalização metodológica e a articulação entre as técnicas utilizadas, apresenta-se na **Tabela 1** a matriz de triangulação que guiou esta investigação

Tabela 1: Matriz de Triangulação Metodológica da Investigação

Fase Metodológica	Método / Procedimento Técnico	Fontes e Objetos de Estudo	Objetivo Analítico no Artigo
Fase Dimensão Historiográfica	1: Revisão Bibliográfica (<i>Pesquisa em bases digitais e repositórios académicos</i>). Pélissier).	Obras de referência da historiografia moçambicana (Isaacman, Newitt, Capela e Pélissier).	Fundamentar a génese dos Prazos, o papel dos <i>Chikundas</i> e a relevância das aringas de Macanga.
Fase Dimensão Jurídico-Institucional	2: Análise Documental (<i>Exegese jurídica e leitura crítica institucional</i>).	de • Lei n.º 10/88, de 22 Dezembro. • Críticas de investigadores (Mederios, 2005; Serra, 2009).	Confrontar as salvaguardas legais de proteção patrimonial com o descompasso e a falta de fiscalização prática no interior do país.
Fase Dimensão Empírica	3: Não Participante (<i>Registo sistemático loco</i>).	Observação Direta Estado físico atual das ruínas, das aringas e das sepulturas dos líderes (<i>Choutas</i>) em Tete.	Diagnosticar o impacto real do abandono e das intempéries, servindo de base para as propostas de conservação.

Revisão Bibliográfica e Historiográfica

A primeira etapa consistiu no levantamento bibliográfico sistemático em bases de dados académicas e repositórios digitais (como a *Scientific Electronic Library Online* - SciELO, o Repositório Científico de Moçambique e o Google Académico). O critério de seleção priorizou a historiografia

clássica e contemporânea sobre os Prazos da Zambézia, a emergência dos Estados Militares, a constituição dos corpos de *Chikundas* e os movimentos de resistência no Vale do Zambeze. As obras de autores de referência como Allen Isaacman, Malyn Newitt, José Capela e René Pélissier serviram de base teórica para reconstruir a relevância histórica e a arquitetura militar (aringas) de Macanga.

Análise Documental e o Enquadramento Jurídico (Lei n.º 10/88)

A segunda fase metodológica consistiu na análise documental, focada no Quadro Legal de Proteção ao Património Cultural em Moçambique, tendo como objeto central de escrutínio a Lei n.º 10/88, de 22 de Dezembro. Esta análise jurídica e institucional visa confrontar as salvaguardas normativas com o estado real de conservação do património material de Macanga, estruturando-se sob três pilares analíticos:

Definição Operacional de Património

Avaliação de como o diploma legal tipifica os monumentos, sítios arqueológicos e locais de interesse histórico, inserindo as ruínas e as aringas de Macanga na categoria de bens materiais de tutela estatal obrigatória.

Mecanismos Oficiais de Proteção

Análise dos critérios de classificação previstos na lei, tais como a proibição expressa de destruição ou alteração sem autorização tutelar, a instituição de Zonas de Proteção (servidões administrativas para impedir a disrupção paisagística por construções modernas) e o direito de preferência e expropriação pelo Estado.

O Descompasso entre a Norma e a Prática

Utilização das perspetivas críticas de investigadores como Medeiros (2005) e Carlos Serra (2009) para analisar o hiato existente entre o rigor do texto legal e a real capacidade de fiscalização das Direções Provinciais de Cultura e Turismo. Esta subetapa foca-se em como a escassez de recursos financeiros e a ausência de programas de capacitação comunitária convertem os regulamentos de proteção em "letras mortas" face à pressão demográfica e ao avanço da agricultura de subsistência na região de Tete.

Observação Direta Não Participante e Triangulação

Como fase de validação empírica, o estudo recorre à observação direta não participante do sítio histórico do antigo Estado Militar de Macanga. Esta técnica permite ao investigador registar, de forma sistemática e sem interferência direta no ambiente, o estado atual de degradação física, o impacto das intempéries naturais e o nível de salvaguarda das aringas e sepulturas dos líderes históricos (*Choutas*).

Os dados visuais e espaciais obtidos no terreno são cruzados com a fundamentação historiográfica (Fase 1) e com as lacunas de fiscalização identificadas na Lei n.º 10/88 (Fase 2). É esta triangulação que fundamenta a discussão sobre o contributo e a urgência da conservação de Macanga para a memória coletiva moçambicana.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os dados gerados a partir da observação direta *in loco* e da análise exegética da legislação revelam um descompasso estrutural crónico entre o ordenamento jurídico-normativo da República de Moçambique e a realidade material e física das ruínas do antigo Estado Militar de Macanga, localizado na província de Tete. A aplicação prática da ^{PKP}Lei n.º 10/88, de 22 de Dezembro, concebida para identificar, classificar e proteger o legado material e imaterial da nação, é sistematicamente inviabilizada no distrito de Macanga devido a uma tríade de fatores: fragilidade orçamental descentralizada, subalternização do património rural e ausência de estratégias participativas baseadas nas comunidades locais.

O Limbo Burocrático e a Ausência de Classificação

O Artigo 5.º da Lei n.º 10/88 estipula que a inventariação, o arrolamento e o registo dos bens culturais constituem prerrogativas e obrigações vinculativas do Estado moçambicano, servindo de base legal para a determinação do valor público do património e subsequente proteção tutelar. No

entanto, o escrutínio documental cruzado demonstra que as estruturas remanescentes do outrora imponente Estado Militar de Macanga — cuja génese remonta à atuação histórica de Gonçalo Caetano Pereira no complexo contexto socioeconómico dos Prazos da Zambézia — permanecem omitidas nos cadastros centralizados de monumentos nacionais classificados (Remigio, 2016).

Esta lacuna burocrática atua como o primeiro nível de negligência institucionalizada:

Exclusão Orçamental: À luz dos regulamentos do Ministério da Cultura e Turismo, a ausência de uma categoria jurídica formal de proteção (como "Monumento Nacional") impede a canalização de verbas do Orçamento Geral do Estado (OGE) para projetos de conservação, restauro técnico ou vedação arqueológica.

O "Limbo Legal": Produz-se um paradoxo teórico-prático. A relevância e a excecionalidade histórica do Estado de Macanga e dos seus combatentes (*Chikundas*) são amplamente consagradas e validadas pela historiografia crítica moçambicana (Isaacman, 1992; Newitt, 1995), mas permanecem juridicamente invisíveis e desamparadas perante os mecanismos práticos de financiamento estatal.

Degradação Material e Falência Crónica da Conservação Preventiva

A observação direta executada na área geográfica do antigo posto e das fortificações revelou um cenário de avançada deterioração estrutural, caracterizado empiricamente por:

Colapso Alvenar: Desmoronamento progressivo das paredes de pedra e argamassa de cal remanescentes do período oitocentista.

Disrupção Biológica: Proliferação descontrolada de espécimes arbóreos e vegetação invasiva, cujas raízes fraturam as fundações das antigas muralhas defensivas.

Erosão Severa: Degradação geológica acelerada pela pluviosidade tropical cíclica típica da Província de Tete, que desgasta as estruturas de terra batida expostas.

Esta degradação física colide frontalmente com as diretrizes de conservação preventiva emanadas pelo Regulamento da Lei do Património Cultural (Decreto n.º 27/94) (Remigio, 2016). Como advertido por Veado (2008), o confinamento à intempérie sem intervenções básicas de engenharia patrimonial como o escoramento estrutural, a consolidação química de argamassas friáveis ou a instalação de coberturas efémeras de proteção dita a destruição total e irreversível destes vestígios a médio prazo.

A inação observada no terreno expõe as fragilidades técnico-financeiras dos Órgãos de Governação Descentralizada. Os Serviços Distritais de Educação, Juventude e Tecnologia operam num vazio de recursos e pessoal especializado, sendo incapazes de assumir o papel de agentes fiscalizadores ou executores de salvaguarda patrimonial.

Exploração Antrópica Descontrolada por Ausência de Servidões Paisagísticas

O enquadramento legal moçambicano prevê expressamente o estabelecimento de **zonas de proteção** (áreas de servidão administrativa) ao redor de sítios históricos e arqueológicos. Essas zonas visam salvaguardar não apenas o objeto arquitetónico, mas também a integridade paisagística e o potencial estratigráfico do subsolo circundante. No perímetro envolvente ao Estado de Macanga, a observação registou a total inexistência de sinalização, demarcação territorial ou delimitação física protetiva (Mendonça, 2015).

A ausência destas barreiras regulatórias dá lugar a uma exploração antrópica direta que acelera a destruição do sítio, conforme detalhado na tabela abaixo

Exploração Antrópica Descontrolada por Ausência de Servidões Paisagísticas

O enquadramento legal moçambicano prevê expressamente o estabelecimento de **zonas de proteção** (áreas de servidão administrativa) ao redor de sítios históricos e arqueológicos. Essas zonas visam salvaguardar não apenas o objeto arquitetónico, mas também a integridade paisagística e o potencial estratigráfico do subsolo circundante. No perímetro envolvente ao Estado de

Macanga, a observação registou a total inexistência de sinalização, demarcação territorial ou delimitação física protetiva (Mendonça, 2015).

A ausência destas barreiras regulatórias dá lugar a pressões antrópicas diretas que aceleram a destruição do sítio. Para melhor sistematizar os impactos identificados durante o trabalho de campo, apresenta-se na **Tabela 2** a relação entre as dinâmicas sociais locais e os danos causados à integridade do monumento histórico.

Tabela 2: Impacto das Atividades Antrópicas no Sítio Histórico de Macanga

Atividade Antrópica Observada	Impacto Direto no Sítio Histórico de Macanga
Avanço da Agricultura de Subsistência	Machambas locais invadem o perímetro arqueológico, desestabilizando o solo e destruindo vestígios cerâmicos e metálicos subsuperficiais.
Pastoreio Livre	O trânsito frequente de gado bovino e caprino sobre as bases das ruínas provoca o desgaste mecânico contínuo e a quebra de alvenarias históricas baixas.
Extração de Materiais Litológicos	Remoção pontual de blocos de pedra das ruínas por parte da população residente para reutilização em alicerces de habitações civis contemporâneas.

Este quadro demonstra que, desprovido de fiscalização, o património edificado é progressivamente consumido pelas urgentes necessidades de sobrevivência económica e habitacional das comunidades rurais periféricas, sacrificando a história em prol da subsistência imediata. Este quadro demonstra que, desprovido de fiscalização, o património edificado é progressivamente consumido pelas urgentes necessidades de sobrevivência económica e habitacional das comunidades rurais periféricas, sacrificando a história em prol da subsistência imediata.

O Abandono do Património Rural face ao "Discurso Patrimonial Autorizado"

A análise e a discussão destes dados empíricos à luz dos debates teóricos moçambicanos

contemporâneos provam que o abandono de Macanga não constitui uma anomalia isolada. Pelo contrário, reflete uma assimetria espacial na gestão cultural do país. Investigadores como Mabunda, Celestino e Inácio (2023) sustentam que a conservação e o investimento no património edificado sofrem de uma profunda debilidade e centralização geográfica, concentrando-se quase exclusivamente nos grandes centros urbanos ou nos eixos turísticos de projeção internacional.

Adicionalmente, opera em Moçambique o que a literatura chama de priorização das narrativas estatais. O Estado moçambicano pós-independência focou os seus escassos recursos na patrimonialização e monumentalização de sítios diretamente indexados à memória oficial da Luta Armada de Libertação Nacional (Landgraf, 2018). Como consequência, as heranças materiais pré-coloniais e

de resistência do século XIX localizadas no interior profundo foram relegadas para um segundo plano de prioridades políticas.

Embora os órgãos de comunicação social locais reportem, esporadicamente, intenções executivas para mapear os sítios históricos da província de Tete, tais projetos padecem de descontinuidade financeira (Mutsuque, 2022). Convertem-se em campanhas pontuais e efêmeras que falham em reverter o cenário de degradação estrutural crónica a longo prazo.

O Distanciamento Cognitivo e a Urgência da Educação Patrimonial

O insucesso prático da aplicação da Lei n.º 10/88 no distrito de Macanga radica também na total ausência do cumprimento do preceito constitucional de socialização do património. Como defende Nhantumbo (2017), um bem histórico só adquire eficácia protetiva real quando a comunidade que o circunda transita de espetadora passiva para guardiã ativa e orgulhosa do espaço, compreendendo intrinsecamente o seu valor simbólico, cosmológico e identitário.

A inexistência de programas públicos e contínuos de educação patrimonial integrados nos currículos das escolas secundárias locais gera um severo distanciamento cognitivo:

Perceção Local: Os jovens e residentes locais encaram as ruínas materiais como mero "entulho antigo" desprovido de utilidade, ou exclusivamente como uma "herança intrusiva do colonizador", ignorando a agência africana naquele espaço.

O Resgate da Resistência: Ocorre um apagamento histórico, uma vez que o local deixa de ser lido como o palco onde os seus próprios antepassados articularam táticas de soberania e resistência armada contra o avanço ultramarino português.

Sem uma política urgente de descolonização e apropriação comunitária do espaço histórico, qualquer abordagem puramente punitiva ou legislativa estéril torna-se inócua perante o isolamento geográfico de Macanga.

Revista Brasileira de Filosofia e História. 2026, abr-jun, 2879–2890.
DOI: 10.18378/rbfh.v15i2.11985

CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES

O presente estudo propôs-se a analisar o contributo da conservação do local de interesse histórico do antigo Estado Militar de Macanga, na província de Tete, investigando o descompasso entre as garantias da Lei n.º 10/88 e a realidade material de abandono em que o sítio se encontra. A triangulação de dados assente na revisão historiográfica, na exegese documental e na observação direta *in loco* permitiu responder de forma clara ao problema central da investigação.

Conclui-se que o Estado Militar de Macanga, longe de ser um mero amontoado de ruínas materiais, constitui um repositório crucial da agência histórica africana e da resistência oitocentista no Vale do Zambeze. No entanto, o seu contributo para a consolidação da identidade e memória nacional moçambicana encontra-se severamente comprometido pela ineficácia prática dos mecanismos estatais de proteção. O património arqueológico de Macanga jaz num "limbo legal" e institucional, onde a ausência de inventariação oficial e a inexistência de servidões paisagísticas expõem as antigas estruturas à degradação natural e à pressão antrópica destrutiva das comunidades periféricas.

O estudo demonstra que o sucesso da salvaguarda patrimonial em Moçambique não depende da produção de novas leis, mas sim da descentralização de recursos e da descolonização dos discursos patrimoniais, que historicamente priorizam os eixos urbanos e litorâneos em detrimento do interior rural do país. Salvar Macanga é, portanto, um ato de soberania cultural.

Para reverter o atual cenário de degradação crónica e assegurar a sustentabilidade do sítio a longo prazo, apresentam-se as seguintes **propostas práticas e urgentes:**

Inclusão no Cadastro Nacional



Exigir que a Direção Provincial de Cultura e Turismo de Tete, em coordenação com o ministério de tutela, proceda à inventariação imediata e à classificação oficial do Estado Militar de Macanga como Monumento ou Sítio de Interesse Nacional.

Delimitação e Criação de Servidões

Implementar uma zona de proteção física (vedação ecológica ou marcos divisórios) ao redor do perímetro arqueológico para travar o avanço das machambas e o trânsito de gado, mitigando os impactos identificados na **Tabela 2**.

Gestão Patrimonial Comunitária

Estabelecer um Comité Local de Salvaguarda, integrando líderes tradicionais, anciãos e residentes do distrito. A comunidade deve ser capacitada para atuar como guardiã ativa e co-gestora do espaço, gerando rendimento local por meio do controlo de visitas.

Inserção no Currículo Local e Educação Patrimonial

Desenvolver parcerias entre os Serviços Distritais de Educação, Juventude e Tecnologia e as escolas secundárias da região para a criação de visitas de estudo sistemáticas e cartilhas didáticas sobre a história dos *Chikundas* e das aringas de Macanga.

Rotas de Turismo Cultural Sustentável

Integrar as ruínas de Macanga numa rota turística e de investigação científica na Província de Tete, articulando o sítio com o Monte Furuncungo e outros marcos históricos do interior, atraindo investimentos para a melhoria das infraestruturas de acesso locais.

Ao transitar de uma lógica de abandono para um modelo de preservação participativa, o Estado Militar de Macanga poderá finalmente cumprir o seu papel de laboratório vivo de educação, vetor de

desenvolvimento socioeconómico regional e pilar inalienável da memória histórica de Moçambique.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CANTAGALO, Michel. Degradação e preservação: uma análise histórico-econômica das ocupações humanas na Amazônia. **Universidade de São Paulo, Piracicaba, SP, Brasil**, 2016. 316p. Disponível em: file:///C:/Users/patri/Downloads/Michel_Cantagalo_versao_revisada.pdf. Acesso em 12/06/2026.

CABAÇO, José Luís de Oliveira. **Moçambique: identidades, colonialismo e libertação**. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. 2007. 475p. Disponível em: https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8134/tde-05122007-151059/publico/TESE_JOSE_LUIS_OLIVEIRA_CABACO.pdf acessado em 15/06/2026.. Acesso em 12/06/2026.

GRAY, Richard. Allen F. Isaacman: Mozambique: the Africanization of a European institution, the Zambesi prazos, 1750–1902. xviii, 260 pp. Madison, etc.: University of Wisconsin Press, 1972.. **Bulletin of the School of Oriental and African Studies**, v. 36, n. 3, p. 727-728, 1973.

GUNDANE, Reginaldo Albino. Políticas culturais em Moçambique entre identidade nacional e instâncias locais (1975-2009). **Revista de Estudos AntiUtilitaristas e PosColoniais**, v. 9, n. 2, p. 172, 2019.

HOGUANE, José João Augusto. **Convergência intermediática para a disseminação e preservação de bens culturais: o caso das timbila de Moçambique**. 2023. Tese de Doutorado. Universidade Aberta (Portugal).

- ISAACMAN, A., STEPHEN, M., ADAM, Y., HOMEN, M. J., MACAMO, E., & PILILÃO, A.. "Cotton Is the Mother of Poverty": Peasant Resistance to Forced Cotton Production in Mozambique, 1938-1961. **The International Journal of African Historical Studies**, v. 13, n. 4, p. 581-615, 1980.
- ISAACMAN, Allen F.; ISAACMAN, Barbara S. **Dams, displacement, and the delusion of development: Cahora Bassa and its legacies in Mozambique, 1965–2007**. Ohio University Press, 2013.
- ISAACMAN, Allen F.; ISAACMAN, Barbara. **The tradition of resistance in Mozambique: The Zambesi valley, 1850-1921**. Univ of California Press, 1976.
- ISAACMAN, Allen. Peasants, work and the labor process: Forced cotton cultivation in colonial Mozambique 1938-1961. **Journal of Social History**, p. 815-855, 1992.
- ISAACMAN, Allen. The Mozambique cotton cooperative: the creation of a grassroots alternative to forced commodity production. **African Studies Review**, v. 25, n. 2-3, p. 5-25, 1982.
- LANDGRAF, Flávia Landucci. **Políticas culturais de um Estado revolucionário: Moçambique no pós-independência**. Dissertação apresentada ao Programa. Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade do Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos da Universidade Federal da Bahia 2018. 356p. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/30757> acesso em 11/06/2026.
- LOTT, Wanessa Pires. A Educação Patrimonial nas comunidades detentoras de bens culturais. **Fronteiras: Revista de História**, v. 21, n. 38, p. 121-137, 2019.
- MABUNDA, Lucas; CELESTINO, Cleiton Fernando Pinto; INÁCIO, Fausto Francisco. **Desenvolvimento urbano na Ilha de Moçambique:: Desafios sócio-espaciais em contextos de conservação do património edificado**. **Publicatio UEPG: Ciências Sociais Aplicadas**, v. 31, n. 1, p. 1-10, 2023.
- MASSANGAIE, Arnaldo Timóteo. **A Política Externa de Moçambique e sua inserção no processo de Integração Regional na África Austral**. 2017. 276p Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/168604>. Acesso em 12/06/2026.
- MENDONÇA, Lisandra Ângela Franco de. **Conservação da arquitetura e do ambiente urbano modernos: a Baixa de Maputo**. Tese de Doutorado. Universidade de Coimbra (Portugal). 2015. 24p. Disponível em: <https://www.proquest.com/openview/cb650c6a4356725eb3f615a56410dd26/1?pq-origsite=gscholar&cbl=2026366&diss=y> Acesso em 12/06/2026
- MAIA, António Alone. **Mudanças socio-culturais entre os Nyungwe do vale do zambeze: Resistências, rupturas e continuidades na estrutura social**. 2015.427p. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. Disponível em: https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8134/tde-13102015-164606/publico/2015_AntonioAloneMaia_VCorr.pdf. Acesso em 12/06/2026.
- MUTSUQUE, Jane Alexandre Zefanias. **Práticas comunicacionais em educação transmídia: estudo de caso de escola pública de Moçambique**. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais Belo Horizonte, MG. 2022. 230 p. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/server/api/core/bitstreams/d94950a0-4b36-4769-8809-b800c65a4824/content> acesso em 10/06/2026)
- MABUNDA, Lucas; CELESTINO, Cleiton Fernando Pinto; INÁCIO, Fausto Francisco. **Revista Brasileira de Filosofia e História**. 2026, abr-jun, 2879–2890. DOI: 10.18378/rbfh.v15i2.11985



MOTA, Manuel Amaral. **Governança do império—O Empreendimento Português**. Mário Brito Publicações, Porto – Portugal. 2026.

NHANTUMBO, T. L. "Educação patrimonial e os desafios da preservação dos bens históricos rurais em Moçambique". *Revista Educamazônia — Educação, Sociedade e Meio Ambiente*, v. 25, n. 2, p. 556-571, 2017.

NEWITT, Malyn. *A History of Mozambique*. Bloomington: Indiana University Press, 1995.

PELEGRINI, Sandra CA. Cultura e natureza: os desafios das práticas preservacionistas na esfera do patrimônio cultural e ambiental. **Revista brasileira de história**, v. 26, n. 51, p. 115-140, 2006.

PELEMBE, Arlete Joanete. O papel do Arquivo Histórico de Moçambique na preservação de documentos e construção da memória colectiva. Monografia apresentada ao curso de Licenciatura em Arquivística da Escola de Comunicações e Artes da Universidade Eduardo Mondlane 2025. 61p. Disponível em: <http://196.3.97.28/bitstream/123456789/4777/1/2025%20-%20Pelembe%2c%20Arlete%20Joanete.pdf> Acesso em 12/06/2026

PÉLISSIER, René. *História de Moçambique: Formação e oposição (1854-1918)*. Lisboa: Editorial Estampa, 1986. 2 vols.

RUBI, Juvência Constantino de Artemiza. **Políticas e práticas de conservação e preservação das artes rupestres em Moçambique: casos da ANAC, ARPAC, DNPC e INATUR**. Trabalho de Culminação de Estudos apresentado na modalidade de projecto de pesquisa ao Departamento de Arqueologia e Antropologia, Faculdade de Letras e Ciências Sociais da Universidade Eduardo Mondlane 2024. 55p. Disponível em: <http://196.3.97.28/bitstream/123456789/5244/1/2024%20-%20Rubi%2c%20Juv%2c%20aancia%20Constantino%20de%20Artemiza.pdf>. acesso em 16/06/2026

ROLLO, Maria Fernanda. Ouçam, por favor: a natureza e as comunidades agradecem—história Oral e Patrimônio Biocultural para a conservação e a biodiversidade. **Outros Tempos: Pesquisa em Foco-História**, v. 22, n. 40, p. 45-85, 2025.

REMÍGIO, André Varela. A conservação e restauro e o conservador-restaurador na legislação portuguesa. **Lisboa: Faculdade de Direito**, p. 9-16, 2016.

RIBEIRO, Fernando Bessa. A invenção dos heróis: nação, história e discursos e identidade em Moçambique. **Etnográfica. Revista do Centro em Rede de Investigação em Antropologia**, v. 9, n. 2), p. 257-275, 2005.

RÊGO, Sérgio Antônio Silva. **Epistemologias Feministas no Mar Lusófono: "Navegar é Preciso, Viver Não é Preciso". Um Estudo Comparado da Produção Científica em Revistas Acadêmicas de Brasil, Portugal e Moçambique**. Tese de Doutorado. Universidade do Minho (Portugal). 2021. 24p. Disponível em: <https://www.proquest.com/openview/74e78c68ab0a9225b35323ebb0295f45/1?pq-origsite=gscholar&cbl=2026366&diss=y>. Acesso em 12/06/2026

ROLLO, Maria Fernanda. Ouçam, por favor: a natureza e as comunidades agradecem—história Oral e Patrimônio Biocultural para a conservação e a biodiversidade. **Outros Tempos: Pesquisa em Foco-História**, v. 22, n. 40, p. 45-85, 2025.

REA, W. F. ISAACMAN, Allen F. "Mozambique. The Africanization of a European Institution. The Zambezi Praios, 1750-1902". Madison 1972 (Book Review). **Archivum Historicum Societatis Iesu**, v. 45, p. 215-216, 1976.

SANTOS, MILTON. **Políticas culturais de um Estado revolucionário: Moçambique no pós-independência**. Dissertação apresentada ao Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em

Cultura e Sociedade do Instituto de Humanidades, Artes e Ciências da Universidade Federal da Bahia Salvador BA. 2018. 356p.

SCIFONI, Simone. **O patrimônio desigual: cidade, memória e a classe trabalhadora.** Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. 2022. 320p. Disponível em: https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/589/tde-31012023-133018/publico/2022_Simone_Scifoni.pdf Acesso em 12/06/2026

TOVELA, Custódia José. **O património arquivístico na construção da memória: uma reflexão a partir do Arquivo Histórico de Moçambique (AHM).** 2025. 50p. Disponível em: http://monografias.uem.mz/handle/12345_67_89/5266 acesso em: 16/06/2026.

VEADO, Fernando Roberto de Castro . **Resgate das técnicas construtivas e a importância dos materiais remanescentes das argamassas utilizadas nas confecções das paredes de barro e dos revestimentos das edificações históricas-uma abordagem epistêmica.** 2008. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/items/60f76b2f-1207-49c1-9033-1c692154fb08> Acesso em 12/06/2026.

VICO, Verónica Cecílio Chiundila. **Turismo e pobreza em áreas de conservação em Moçambique: um estudo sobre a participação cidadã no Parque Nacional do Limpopo.** Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Turismo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte 2024. 292 p. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/server/api/core/bitstreams/f32872db-6aa9-47e2-846c-4c214c174853/content> Acesso em 12/06/2026.